

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL

Carlos Eduardo de Souza
Thiago Barreto Maciel

RESUMO

Pretendemos analisar a relação entre as políticas públicas de esportes no Brasil com a atual conjuntura econômica. Identificamos a priorização do esporte espetáculo em detrimento de uma Política Nacional de Esporte que confronte com os valores de uma sociedade excludente. Nos ancoramos no materialismo histórico para a presente análise¹.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Megaeventos esportivos; esporte.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE “ESPORTE MODERNO” E A (RE) ORGANIZAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Definir um quadro teórico apropriado para a análise do esporte na sociedade capitalista, mesmo entre os marxistas, não tem sido uma tarefa simples. A temática é plena de polêmicas e contradições. Nosso objetivo não é resolver essas polêmicas/contradições, mas sim apontar nossas impressões sobre a temática e principalmente definir um quadro teórico que nos possibilite seguir na análise da função social das políticas públicas de esporte apresentadas pelo atual bloco no poder.

Marx e Engels (2007) nos afirmam que enquanto as vertentes idealistas visam “tomar as coisas pela sua forma de aparição e relegar o real para um mundo completamente separado das suas aparências” (p.11), o materialismo histórico expressa um movimento inverso, nos ajudando a captar a essência dos fenômenos sociais para além das amarras que envolvem as aparências. Traz um movimento teórico-prático que nos permite compreender como se produz e reproduz a sociedade, as classes, o antagonismo e a história, tendo como base material as formações sociais concretas. E é a partir dessa premissa que pretendemos compreender o fenômeno que ora nos debruçamos.

¹ O presente trabalho é parte das análises encontradas em nossos estudos de mestrado. O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



O fenômeno cultural “esporte” toma forma no século XVIII no período de revolução e afirmação da burguesia enquanto classe dominante. Segundo Hobsbawm (1988), o esporte foi “formalizado em torno dessa época na Inglaterra, que lhe ofereceu o modelo e o vocabulário, alastrou-se como um incêndio aos demais países” (p.255) sendo também fruto, segundo Bracht (2005), de “modificação, poderíamos dizer, de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, como os jogos populares” (p.13) cuja função era basicamente de comemorar ou festejar datas.

Foi também nessa época – revolução industrial – que os trabalhadores passaram a conhecer um tempo chamado de “tempo livre”, que era exatamente o tempo no qual o trabalhador se encontrava livre das obrigações fabris. O preenchimento desse tempo para promover melhorias no trabalho produtivo e na conformação ideológica para uma melhor extração da mais-valia deveria abarcar valores e concepções de mundo, próprios de uma burguesia emergente (SILVA, 1994). Valores esses, que poderiam estar diretamente ligados ao esporte da forma com que foi concebido, tais como: lealdade, senso de responsabilidade, esforço pessoal, espírito de equipe entre outros (TAFFAREL e SANTOS, 2007). Portanto, a gênese e os valores do esporte estiveram localizados na conjuntura de afirmação e desenvolvimento do modo vida/trabalho baseado nas relações capitalistas de produção, no século XVIII.

Hobsbawm (1995), ao analisar o comercialismo das produções artísticas e das culturas populares de massa, no início do século XX, assim como o seu alcance através da mídia e da propaganda escrita, admite que a fórmula do esporte, embora praticada em escala global, permanecia em desenvolvimento.

Seus praticantes ainda não tinham sido absorvidos pela economia capitalista. As grandes estrelas ainda eram amadores, como no tênis (isto é, assimilados ao *status* burguês tradicional), ou profissionais que ganhavam um salário não muito superior ao de um operário industrial qualificado, como no futebol britânico. Ainda tinham de ser apreciados pessoalmente, pois mesmo o rádio só podia traduzir a visão real do jogo ou corrida nos crescentes decibéis da voz do locutor. A era da televisão e dos esportistas pagos ainda estava alguns anos à frente. (HOBSBAWM, 1995, p.197).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento da divisão internacional do trabalho e com o intercâmbio das relações de produção, o esporte assume nova conformação. Gebara (2002), na tentativa de diferenciar esporte moderno de suas formas mais antigas,



afirma que: “o esporte moderno é um objeto em constituição, ele não está ainda constituído a ponto de permitir sua compreensão com base em um modelo de análise preconcebido” (GEBARA, 2002, p.6). Entendemos que esse apontamento é legítimo e necessário, uma vez que as análises dos fenômenos devem estar balizadas historicamente, porém na dinâmica dos novos acontecimentos. O esporte, portanto, é tomado por nós como sendo construtor e constituído de uma totalidade em movimento que se expressa no cotidiano.

Para um melhor efeito de nosso estudo, nos interessa compreender a rápida difusão do esporte pelo mundo e os valores moralizantes e reprodutores do pensamento burguês contidos nas práticas esportivas. Porém, não se trata de proceder uma análise meramente superestrutural dessa cultura, entendemos que o esporte enquanto mercadoria também é um definidor de sua forma atual. Tomemos como ponto de partida para nossas análises, as categorias que, para Allen Guttman (1978 apud GEBARA, 2002), ajudam a entender o esporte em sua forma modernizada, são elas: secularismo; igualdade de oportunidades na competição e em suas condições; especialização das regras; organização burocrática; impulso para a quantificação; racionalização possibilitando sua internacionalização; busca dos recordes. Poderíamos acrescentar a transformação do esporte em mercadoria.

Essas categorias nos informam que o esporte torna-se chave de um empreendimento que constantemente e dialeticamente constrói e é construído pelos valores do modo de produção capitalista. Sendo assim desloca-se o que tinha, há tempos, uma denotação lúdica voltada para o prazer e distração para um modelo e uma prática que visa educar para o consenso e reprodução do modo de vida burguês.

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais, que têm massificado a prática esportiva, isso sem, contudo, democratizar, no sentido de possibilitar às minorias (idosos, deficientes etc) efetiva participação. De fato, a intervenção do Estado no mundo esportivo tem sido frequentemente, no sentido de induzir a prática esportiva na direção de projetos políticos nacionais voltados para a propaganda e doutrinação (GEBARA, 2002, p.13-14).

O esporte dentro dessa perspectiva carrega os valores e os padrões de desenvolvimento do Estado liberal. Difunde uma forma de convívio e inspira desejos de mudanças individuais. Aproxima as classes sociais, ocultando o antagonismo político-econômico e a relação de exploração existente entre elas. Portanto, um produto da sociedade



industrial que vem servindo, em larga medida, como elemento de difusão do ideário e dos interesses da classe dominante.

Em resumo, o desenvolvimento do esporte é algo circunscrito numa totalidade moldada pelo antagonismo das classes existentes. Em sua forma moderna, o esporte assume aspectos complexos e contraditórios. Seus valores moralizantes, imbuídos do pensamento liberal, buscam fortalecer e universalizar um modo de vida/trabalho pautado nas relações de exploração e opressão presentes no modo de produção capitalista.

No que tange à atual organização do Estado brasileiro podemos afirmar que as mudanças que vêm se processando nos anos finais do século XX e iniciais do século XXI “materializam-se em novas alterações no conteúdo e na forma de organização do trabalho e da produção, nas relações de poder e nas relações sociais globais” (NEVES e SANT’ANNA, 2005, p.20). Tais mudanças emergem do processo de reordenamento do modo de produção capitalista, determinando uma nova configuração do Estado e das políticas sociais. Essas mudanças têm sido impulsionadas pelo concomitante e contraditório movimento constituído, de um lado, pela incansável busca da ampliação política por parte dos subalternos e, por outro, pela reorganização das forças dominantes frente às crises de produção e seus desdobramentos na política, trazendo implicações em seu modo de dominar².

No século passado, mais precisamente depois da 2ª Guerra Mundial, o capitalismo conheceu uma fase de grande prosperidade econômica e logo em seguida uma grande recessão. Segundo Hobsbawm (1995, p.15):

A estrutura do Breve Século XX parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico. A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da segunda guerra mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma era de decomposição, incerteza e crise.

² Com tal afirmação, não queremos transformar “política” e “economia” em “esferas” dissociadas e/ou hierarquizadas, ou seja, com funcionamentos independentes entre si ou uma determinando a outra de forma linear. Tal equívoco não nos permitiria captar a essência da sociedade contemporânea, qual seja: dominação a partir de forças materiais e forças ideológicas, de modo orgânico.



A crise estrutural do modo de produção capitalista, que teve seu início nos anos de 1970, trouxe como consequências a desaceleração do crescimento e o aumento da instabilidade macroeconômica, gerando desemprego e elevando os níveis de inflação. Para Duménil e Lévy (2005), as políticas keynesianas perderam a capacidade de manter o ritmo de crescimento econômico alcançado nos anos do pós-guerra, provocando uma queda acentuada na taxa de lucros³.

O processo de reordenamento gerado pela crise de 1970 provocou transformações significativas do mundo do trabalho. A acumulação flexível, as novas formas de gestão, o avanço tecnológico aplicado diretamente na produção estabeleceram o oferecimento de produtos e serviços variados e bastante heterogêneos a partir do trabalho polivalente, precarizado e fragmentado (ANTUNES, 1999).

A crise do modelo keynesiano abriu campo para a expansão das idéias elaboradas no âmbito na Sociedade de Mont Pèlerin sob orientação de Friedrich Hayek⁴. Denominada de neoliberalismo e convertida num articulado projeto, essas idéias que passaram a orientar o reordenamento do capitalismo procuraram eliminar todas as barreiras à livre expansão do capital, entre elas os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em décadas anteriores. Gentili (1996) afirma que o neoliberalismo constitui-se em vigorosas estratégias políticas, jurídicas e econômicas, ordenando um ambicioso projeto de reforma ideológica.

Constituem-se como principais fundamentos do projeto neoliberal: a livre concorrência entre os indivíduos, empresas e nações; o individualismo como valor moral radical; a manutenção da propriedade privada; o Estado contrário à planificação e intervenção econômica.

POLÍTICA PÚBLICAS DE ESPORTE, ESTADO NEOLIBERAL: APONTAMENTOS PARA COMPREENSÃO CRÍTICA DA REALIDADE BRASILEIRA.

³ Keynesianismo é uma teoria que defende a intervenção direta/abrangente do Estado no social e na economia para desenvolvimento do capital. Essa doutrina político-econômica teve, nos países industrializados, seu auge no pós-guerra, inspirada nas formulações de John Maynard Keynes.

⁴ A sociedade “Mont Pèlerin” é uma organização internacional construída em 1947. A organização recebe esse nome por ter sido fundada na localidade de Mont-Pèlerin na Suíça após uma conferência internacional organizada por Friedrich Hayek. Tal organização, além de ser composta por diversos intelectuais de diversas nacionalidades, inclusive brasileiros, ligados à política e à economia, tinha por objetivo difundir e aprofundar o ideário do liberalismo.



O Brasil nos últimos anos tem sido ou será palco dos mais expressivos megaeventos esportivos internacionais. O atual bloco no poder parece indicar claros indícios de que a principal herança que procura é a retomada de investimentos produtivos no país a fim de procurar resolver o problema que a especulação financeira vem causando. Premissa essa que provocou uma matéria na Revista *Caros Amigos* de novembro de 2009 intitulada: “Jogos Olímpicos ou Negócios Olímpicos?” (SALLES, 2009, p.26-27) na qual o autor Marcelo Salles aponta dentre as principais intenções o investimento em bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro, com orientações marcadamente elitistas e, em contrapartida, um ataque às favelas, principalmente da zona oeste, no intuito de despejar moradores para a construção de infra-estrutura e especulações imobiliárias na área.

Proni (2009) alerta que “Investir na cidade – e não apenas no evento – passou a ser uma prioridade na hora de formular uma proposta de candidatura para sediar um evento deste porte” (PRONI, 2009, p.55). Citamos Poynter (2008), para elucidar o nosso argumento sobre o que vem se chamando de legado:

Primeiro, o conceito de “legado” decorrente de importantes megaeventos esportivos está agora firmemente focado em resultados não-esportivos como importante fonte de legitimidade para receber os Jogos. Segundo, as cidades proponentes têm aliado suas propostas a estratégias de desenvolvimento econômico e regeneração que tendem a refletir a natureza relativamente dinâmica de suas economias regionais e nacionais (Seul e Beijing) ou a relativa falta de dinamismo de suas economias (Barcelona, Atlanta, Sidney, Atenas e Londres). Este último grupo composto na maioria por cidades ‘ocidentais’ que utilizaram a candidatura como uma tentativa de ‘catalisar’ a regeneração local através da expansão de serviços com base em indústrias voltadas ao consumo (...) Terceiro, (...) têm confiado fortemente em diferentes formas de intervenções estatais para se promoverem como cidades globais, uma tendência que se reflete particularmente no contexto do Reino Unido: uma reabilitação do conceito de estado intervencionista, evidenciando a relativa dependência de diversos segmentos do setor empresarial em grandes projetos conduzidos pelo Estado. Finalmente, a crescente importância atribuída a legados não-esportivos tem gerado muito debate concernente ao impacto social e cultural das Olimpíadas, identificando vencedores e perdedores como decorrência do inevitável processo de re-engenharia social que acompanha extensivos esquemas de regeneração urbana (POYNTER, 2008, *apud* PRONI, 2009, p.56).



Há uma tendência geral de exaltar os legados dos megaeventos esportivos, porém quase nunca se questiona a que propósitos vêm servindo. Para nós parece claro que um desses propósitos é a reorganização do modo de produção capitalista. A partir daí entende-se o que se passa na atual conjuntura na cidade do Rio de Janeiro, grande exemplo do que vimos falando até então. No dia 19 de dezembro de 2008 é inaugurada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na favela da Santa Marta, Zona Sul da cidade, desde então o projeto vem se espalhando para outras comunidades rapidamente. Uma dessas ocupações emblemáticas ocorreu no final de novembro e início de dezembro de 2010 (após uma onda criminosa de queima de automóveis) com a ocupação das regiões da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, sendo essa última operação orquestrada pelo governo do estado do Rio de Janeiro juntamente com a polícia militar, polícia civil, a marinha, o exército e a aeronáutica.

Tais ações vêm sendo elaboradas com intuítos para além da retórica de uma suposta segurança pública, mas sim como estratégia estatal de criminalização da pobreza, de “expulsão da população original e sua substituição por uma população de renda muito superior” (FERREIRA, 2010, p.188), a “gentrificação” urbana. A nota do caderno de economia do jornal o Globo do dia 31/12/2010 deixa claro para o que vêm servindo as UPPs:

As UPPs impulsionaram a ida de bancos e empresas às comunidades do Rio. O Santander abriu no complexo do Alemão sua 1ª agência em favela no mundo. O Bradesco abrirá dez. Salgueiro e Turano são alvos. BB e Caixa também vão para o Alemão, ocupado pela polícia há um mês. Em 2011 o BB chega a Cidade de Deus e Rocinha. Natura, Nestlé e Coca-Cola já têm projetos nas comunidades. A TIM tem loja no Alemão. É a força das classes CD (OLIVEIRA, 2010, p.28).

Ainda no mesmo caderno há outra nota dizendo que “em preparação para a Copa de 2014 e os Jogos 2016 o Rio virou canteiro de obras” (OLIVEIRA, 2010), com forte influência de empresas tais como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Delta, OAS e Carioca através de contratos bilionários. Assim, de acordo com a confluência das ideias, pode-se entender que todo esse esforço vem sendo realizado no intuito de atrair investimentos do grande capital produtivo internacional⁵.

⁵ A separação entre Capital produtivo e Capital rentista está sendo feita aqui por fins didáticos, pois se sabe que muitas empresas se beneficiam de ambos os tipos de acumulação, pois possuem um lastro material na produção de bens como também possuem muitas ações em bolsas de valores.



A exemplo do que ocorreu nos Jogos Pan-americanos de 2007, a maioria das obras destinadas diretamente ao esporte ou se tornarão enormes “elefantes brancos” sendo deixadas de lado, mal utilizadas ou, o que é mais provável, serão entregues em mãos privadas, como já vem acontecendo:

Das oito instalações sob o controle do poder público municipal, apenas uma não está/será concedida à iniciativa privada. As três estaduais serão terceirizadas. As onze construídas com recursos federais terão uso misto ou serão licitadas para empresas privadas (SALLES, 2009, p.27) .

Como alguns exemplos trazemos as instalações que foram construídas na ocasião dos Jogos Pan-Americanos do Rio em 2007: o Velódromo da Barra, o Parque Aquático Maria Lenk, o Engenhão (sob administração do clube Botafogo de Futebol e Regatas, o qual possui a estrutura de atletismo inutilizada) e a Arena Multiuso, hoje administrada pelo HSBC. Ou seja, não se trata de futurismo, mas sim de trazer a história como prova dos altos custos a partir do fundo público e o usufruto de grupos restritos.

Para além da reflexão de cunho mais econômico encontra-se um importante debate político. Melo (2009) nos mostra como neste último século o discurso do bloco no poder vem se valendo do esporte como fator de inclusão social e promotor da paz, com um claro projeto de educar o consenso das massas e, quiçá, algumas frações da própria burguesia para estruturar práticas políticas bloqueadoras da crítica radical ao sistema e às suas mazelas.

Retornamos mais uma vez ao resumo que Proni (2002) faz das ideias de Brohm (1982) sobre o papel que a instituição esportiva cumpre:

- a) dissimular e encobrir as relações de produção, gerando uma falsa consciência das relações sociais;
 - b) justificar e fazer uma apologia da situação social existente;
 - c) ajudar a manter a ordem, por meio de um conjunto coerente de representações, valores e crenças, atuando no plano imaginário;
 - d) potencializar as forças produtivas e a reprodução do sistema de produção;
 - e) e estruturar e alimentar a visão de mundo cotidiano das massas.
- (PRONI, 2002, p.54)

Apesar de essas ideias terem sido escritas em 1982 nos parecem atuais. No entanto, entendemos que são incompletas, pois passam para o esporte um caráter meramente reprodutivista sem alçar as contradições e as possibilidades de superação no plano da cultura



corporal. Assim, a única certeza que vemos dentro desse imbróglio que vem se formando é a necessidade da luta contra-hegemônica crescer dentro dos setores explorados e oprimidos.

Enquanto milhões de brasileiros vivem em condições de vida espúrias, alienados de serviços básicos que pudessem lhe proporcionar o mínimo de dignidade, tais quais a própria cultural corporal, o transporte, a moradia, o lazer, o saneamento básico, a saúde, a educação entre outros, o governo, juntamente com a grande burguesia e o bloco no poder, se lança em projetos bilionários para a promoção do esporte espetáculo. Cabe perguntarmos: a mão que constrói o pódio é a mão que levanta a taça?

A grande política, o rompimento com o capitalismo e o comunismo como fator teleológico devem ser colocados novamente em pauta. Cabe a nós, que temos um corte de classe junto aos trabalhadores e que conseguimos nos consagrar nos estudos, fazer o esforço de entender, denunciar e contribuir para a luta por outra sociedade realmente justa.

A TÍTULO DE UMA POSSÍVEL CONCLUSÃO

As políticas públicas de esporte, nos últimos anos, têm sido fundamentais para a explicação da essência, da dinâmica e importância das constantes adequações que devem ser aplicadas no conjunto das relações sociais como métodos e ações objetivadas para (re) construir a hegemonia das forças historicamente dominantes e os padrões de acumulação de riqueza. Essas mudanças, visando a manutenção das classes sociais, são largamente impulsionadas pelas crises de produção dentro das relações capitalista.

O método de análise – materialismo histórico – que deu sustentação para esse texto nos condiciona a encarar os resultados desse estudo de forma provisória. Contudo, nos permite desvelar em relação às políticas públicas de esporte, aquilo que, por questões objetivas e subjetivas, acaba se configurando em falsas promessas, visando perpetuar as distorções sociais que funcionam como componente endógeno do desenvolvimento do modo vida/trabalho pautado nas relações capitalistas, ou seja, a impossibilidade da plena democracia, da igualdade e da liberdade, como fundamentos do sistema atual (WOOD, 2003; LOSURDO, 2006).

Com isso, não afirmamos que a construção dessas políticas não foi alvo de disputa e conflitos. Contudo, pode-se afirmar que hegemonicamente tais políticas tiveram suas elaborações e aplicações “pelo alto”, ou seja, distante do acompanhamento e da ação direta



dos setores populares (COUTINHO, 2006), mesmo que para isso fosse preciso a aplicação direta de extrema força e repressão.

Também afirmamos, de diferentes formas, que a coesão social tornou-se, nesse início de século, um imperativo para se construir a “força coletiva” capaz de “gerir” a crise de hegemonia que se iniciou no século passado, mas que, aparentemente em menor proporção se arrasta nesse início de século, sem que tal força questione os aspectos contraditórios resultantes do embate capital-trabalho.

Portanto, o que se apresenta de mais contundente dentro do conjunto das políticas públicas de esporte é a possibilidade de lucro que diversas frações do capital passaram a vislumbrar com o incremento do esporte em solo brasileiro.

Sendo assim, o grande triunfo da Política Nacional de Esporte consiste em elevar os efeitos da dominação de classe através da cultura esportiva. Algo que se pôde constatar nas prioridades e nos objetivos dos programas esportivos desenvolvidos nas diversas secretarias do Ministério do Esporte, com relevo para os grandes eventos esportivos que já foram ou serão realizados no Brasil.

SPORT’S PUBLIC POLICIES AND MEGA SPORTS EVENTS IN BRAZIL

ABSTRACT

We intend to analyze the relationship between public policies of sports in Brazil with the current economic situation. We identified the prioritization of spectacle sport rather than a National Sports Policy which confront with the values of an exclusive society. We anchored in historical materialism for this review.

Keywords: Public Policies; mega sports events; sports.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE Y GRANDES EVENTOS DEPORTIVOS EN BRASIL

RESUMEN

Tenemos la intención de analizar la relación entre las políticas públicas de los deportes en Brasil con la situación económica actual. Identificamos la priorización del deporte



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

espectáculo en lugar de una Política Nacional de Deportes que se enfrentan con los valores de una sociedad exclusiva. Le apoyamos en el materialismo histórico para esta revisión.

Palabras clave: Políticas Públicas; Grandes eventos deportivos; deporte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte – Uma Introdução*, 3^aed.. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BROHM, Jean-Marie. Sociología política del deporte. México, DF.: Editorial Fondo de Cultura Económica, 1976 *citado por* PRONI, Marcelo Weishaupt. Brohm e a organização capitalista do esporte. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; LUCENA, Ricardo. (Orgs.) *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p.31-61.

COUTINHO, C. N, *O Estado brasileiro: Gênese, crise, alternativas* .In. LIMA, J. C. F, NEVES W. L. (Orgs.) Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2006 p.173-2000.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Domeniqui. *O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana*. In: CHESNAIS, François (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakati. São Paulo: Boitempo, 2005, p.85-108.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.185-214.

GENTILI, P. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILI, Pablo (orgs.) Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado nacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GEBARA, A. *História do Esporte - Novas Abordagens*. In: PRONI, M; LUCENA, R. Esporte história e sociedade. Campinas, Autores Associados, 2002. p. 5-29.

HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 3. ed. Trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Extremos, o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

MELO, Marcelo Paula de. Organismos internacionais e grandes eventos esportivos: novas dinâmicas da dominação burguesa para o século XXI. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, v.21, n.32/33, p.28-48, jun-dez. 2009.

NEVES, L. M. W, e SANT'ANNA, R. *Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia*. In. NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia, Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.19-39.

OLIVEIRA, Flávia. Negócios & Cia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2010. Cad. Economia, p.28.

POYNTER, G. Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012. In: DACOSTA, L. et al. *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008 apud PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos jogos olímpicos de 2016. *Motrivivência – Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*, Florianópolis, v.21, n.32/33, p.28-48, jun-dez. 2009.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Observações sobre os impactos econômicos esperados dos jogos olímpicos de 2016. *Motrivivência – Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*, Florianópolis, v.21, n.32/33, p.28-48, jun-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/15567>>. Acesso em: mar de 2015.

SALLES, Marcelo. Jogos ou negócios Olímpicos? *Caros Amigos*, São Paulo, n.152, p.26-27, nov. 2009.

SILVIA, A. M. *O esporte: da luta pela igualdade a perda da identidade*. Revista Brasileira de ciências do esporte, ijuí, v. 15 n. 04, pág 114 a 120. 1994.

TAFFAREL, Celi N.Z; SANTOS Jr. *Como iludir o povo com o esporte para o público*. http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/ Acesso em 22 de abril de 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.